



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de ativos e consumíveis de tecnologia da informação e comunicação constantes do Plano de Metas da CTIC.

1 OBJETO

- 1.1 O presente termo de Referência tem como objeto a realização de Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de ativos e consumíveis de informática e comunicação, para abastecimento da PR/PA e PRMs, atendendo as especificações técnicas, prazos de entrega e garantias constantes deste Termo de referência, conforme tabela abaixo:

1.2

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT
1	SSD Externo 960 GB ou 1TB	15
2	Microsoft Office Professional	20
3	Disco Rígido Externo Portátil USB de 1TB	120
4	Maleta de Ferramentas e Acessórios para PC	5
5	No-break 700 VA	80
6	No-break 1.400 VA	100
7	Rede Local sem Fio - ACCESS POINT	40
8	Rede Local sem Fio - ACCESS POINT	30
9	Switch 48 portas PoE	20
10	Caixa de Som	25
11	Cartão de Memória 64 GB Classe 10	15
12	Mouse Óptico Wireless	100
13	Pen drive 32 GB	80
14	Webcam HD 720P USB Cinza	100

- 1.3 O Anexo I deste Termo de Referência detém o caderno com as especificações



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

com detalhamentos obrigatórios ao licitante.

- 1.4 Em relação às classificações constantes no Decreto nº 10.356/2020, para aplicação das regras de preferência contidas no Decreto nº 7.174/10, encaminho a seguir tabela com indicação do código NCM de cada item deste Termo de Referência.

Item	Descrição	NCM*
01	SSD Externo 960 GB ou 1TB	Não se aplica
02	Microsoft Office Professional	Não se aplica
03	Disco Rígido Externo Portátil USB de 1TB	Não se aplica
04	Maleta de Ferramentas e Acessórios para PC	Não se aplica
05	No-break 700 VA	Não se aplica
06	No-break 1.400 VA	Não se aplica
07	Rede Local sem Fio - ACCESS POINT	Não se aplica
08	Rede Local sem Fio - ACCESS POINT	Não se aplica
09	Switch 48 portas PoE	Não se aplica
10	Caixa de Som	Não se aplica
11	Cartão de Memória 64 GB Classe 10	Não se aplica
12	Mouse Óptico Wireless	Não se aplica
13	Pen drive 32 GB	Não se aplica
14	Webcam HD 720P USB Cinza	Não se aplica

2 FUNDAMENTAÇÃO

- 2.1 As aquisições previstas neste documento são resultados de um levantamento de necessidades realizado dentro do plano de metas 2021 da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério Público Federal, realizado por equipe multidisciplinar, justificando-se em virtude dos seguintes motivos:
- 2.2 O item 1 (HD SSD) é para uso em conjunto com notebooks funcionais em reuniões quando necessária cópia de alta velocidade e desempenho ou backup



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

de alta velocidade.

- 2.3 O item 2 (Microsoft Office) tem como finalidade prestar suporte aos usuários da perícia e ASSPA bem como auxiliar nos trabalhos de outros setores que já usam o MS Office como NEOF e ASCOM.
- 2.4 O item 3 (cartão de memória) é necessário para auxiliar nas diligências da PRPA e PRMs onde são utilizadas câmeras para registro fotográfico e ou gravação de vídeos.
- 2.5 O item 4 (Maleta de Ferramentas) é necessário para auxiliar nos trabalhos da Coordenadoria de TIC em relação à manutenção de computadores da PRPA e PRMs.
- 2.6 O item 5 e 6 (Nobreaks de 700 e 1.400 ou 1.500 VAs) visa substituir nobreaks queimados nas PRMs e PRPA.
- 2.7 O item 7 (AP da solução wifi) é necessário para a expansão da rede Wi-fi da PRPA. Para o presente caso, existe uma solução já implantada que demanda que o item especificado obedeça a um modelo e marca específicos, trata-se de necessidade de compatibilidade de forma a garantir que a padronização mínima, estabelecida pelo art. 20 da IN SG/MPF 01/2015, seja implementada na sua completude, sem perdas de suporte técnico no período da garantia exigida nas especificações.
- 2.8 O item 8 (AP para PRMs) é necessário para garantir a substituição de APs das unidades do interior (PRMs) que ainda utilizam rede sem fio.
- 2.9 O item 9 (Switch) é necessário para garantir melhoria e expansão da infraestrutura de redes tanto na PRPA quanto nas PRMs no interior do Pará.
- 2.10 O item 10 (Caixa de som Bluetooth) é para uso em conjunto com notebooks funcionais em reuniões quando o som do notebook não for suficiente para os ouvintes do ambiente e não há no ambiente sistema de som de qualidade.
- 2.11 O item 11 (cartão de memória) é necessário para auxiliar nas diligências da PRPA e PRMs onde são utilizadas câmeras para registro fotográfico e ou gravação de vídeos.
- 2.12 O item 12 (mouse óptico) é necessário para auxiliar nos trabalhos com os notebooks funcionais.
- 2.13 O item 13 (pen drive) é necessário para auxiliar nas diligências da PRPA e PRMs e cópias de menor complexidade dentro e fora da PRPA.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

2.14 O item 14 (Webcam) serve para auxiliar nos trabalhos e reuniões à distância por meio de webconferências utilizando o software corporativo Zoom.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A solução mais adequada para a aquisição de ativos e consumíveis para abastecimento do MPF/PA, fica assim descrita:

3.2 Aquisição de ativos e consumíveis de informática para utilização no âmbito do MPF/PA, obedecendo as especificações técnicas, prazos de entrega e garantias solicitados.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 As especificações detalhadas dos itens que deverão ser observadas para confecção da proposta, estão descritas no **caderno de especificações, anexo I deste Termo de Referência**.

4.2 A distribuição dos itens, quantidade total que será registrada, preço unitário máximo aceitável no lance e preço total, encontram-se na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SSD Externo 960 GB ou 1TB	15	R\$ 863,96	R\$ 12.959,40
2	Microsoft Office Professional	20	R\$ 2.218,08	R\$ 44.361,60
3	Disco Rígido Externo Portátil USB de 1TB	120	R\$ 414,72	R\$ 49.766,40
4	Maleta de Ferramentas e Acessórios para PC	5	R\$ 98,74	R\$ 493,70
5	No-break 700 VA	80	R\$ 713,15	R\$ 57.052,00
6	No-break 1.400 VA	100	R\$ 1.173,96	R\$ 117.396,00
7	Rede Local sem Fio - ACCESS POINT	40	R\$ 4.191,96	R\$ 167.678,40
8	Rede Local sem Fio - ACCESS POINT	30	R\$ 4.191,96	R\$ 125.758,80
9	Switch 48 portas PoE	20	R\$ 5.147,78	R\$ 102.955,60
10	Caixa de Som	25	R\$ 240,35	R\$ 6.008,75
11	Cartão de Memória 64 GB Classe 10	15	R\$ 79,83	R\$ 1.197,45
12	Mouse Óptico Wireless	100	R\$ 95,74	R\$ 9.574,00
13	Pen drive 32 GB	80	R\$ 59,37	R\$ 4.749,60
14	Webcam HD 720P USB Cinza	100	R\$ 216,53	R\$ 21.653,00



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

4.3 Especial atenção deve ser dada ao item 7, tratando-se de item com modelo/marca exclusiva conforme justificativa no item 2.7 deste termo de referência.

4.4 Prazos e Locais de entrega:

4.4.1 Fica estabelecido o prazo de 45 dias para realização das entregas de todos os itens, excetuando o item 9 (switch POE), com prazo de 25 dias para entrega:

4.4.2 O local onde serão entregues os itens:

Cidade	MPF/PA
Belém	Rua Domingos Marreiros, nº 690, bairro Umarizal, CEP 66055-210 – Belém/PA

4.5 VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.5.1. Estima-se o valor total da presente licitação em formato de registro de preços, pode alcançar o valor máximo de **R\$ 721.604,70**.

4.6 AGRUPAMENTO

4.6.1 Não haverá agrupamento dos itens.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A licitação será do tipo menor preço, para execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, na modalidade pregão, na forma eletrônica.

5.2 Os itens especificados neste Termo de Referência deverão ser entregues no endereço indicado pela CONTRATANTE no subitem 4.2.1 deste Termo.

5.3 A CONTRATADA fornecerá os produtos, incluindo todo o material, todas as peças e todas as ferramentas necessárias para a perfeita execução dos serviços, empacotadas pelo fabricante ficando responsável, também, pela respectiva guarda e transporte dos materiais, até o destino especificado.

5.4 A CONTRATADA ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

terceiros ou ao patrimônio da CONTRATANTE, reparando às suas custas os mesmos, durante ou após a execução dos serviços contratados, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da CONTRATANTE.

- 5.5 Somente serão aceitos materiais, peças e ferramentas compatíveis com a aplicação a que se destinam. Serão recusados pela fiscalização os que se encontrarem fora de especificação.
- 5.6 Durante a execução do objeto, quando se fizer necessária e imprescindível a mudança nas especificações ou substituição de algum material por seu equivalente, por iniciativa da CONTRATADA, esta apresentará solicitação escrita, minuciosamente justificada. Entende-se por equivalente o material ou equipamento que tem função e desempenho técnico similar ou superior. As solicitações serão feitas em tempo hábil para que não venham prejudicar o andamento dos serviços e não darão causa a possíveis prorrogações de prazo. À fiscalização compete deliberar a respeito da substituição.
- 5.7 Será de responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, bem como a exigência do uso dos equipamentos de proteção individuais necessários.
- 5.8 O controle de qualidade e outros controles exigidos pela fiscalização não eximem a CONTRATADA da total e irrestrita responsabilidade pelos serviços executados.
- 5.9 O objeto somente será considerado executado após o término de todas as etapas de entrega do material, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.
- 5.10 A CONTRATADA deverá observar os prazos especificados no Termo de referência para entrega dos produtos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.
- 5.11 A CONTRATADA terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para providenciar a substituição de itens que vierem a ser recusados pela fiscalização, ou que



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

tenham sofrido danos ou avarias no transporte ou descarga. Neste caso, a CONTRATANTE terá novo prazo para atestar a conformidade do produto.

5.12 Dos requisitos de sustentabilidade:

5.12.1 Os materiais deverão atender no que for aplicável a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010 e o que segue:

5.12.1.1 quando do transporte ou armazenamento, os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com menor volume possível, utilizando-se materiais recicláveis, sem prejuízo à máxima proteção dos bens, mas com mínimo desperdício;

5.13 Não será permitida a subcontratação do objeto;

6 MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 Da Ata de Registro de Preços

6.1.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação pelo sistema eletrônico Único (MPF) ou por e-mail, informando que a Ata encontra-se disponível para assinatura, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontrar-se-á nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência e posterior edital.

6.1.2 A assinatura mediante meio eletrônico será realizada pelo representante legal da adjudicatária, diretamente no Sistema de protocolo eletrônico do MPF, com a utilização da funcionalidade de usuário externo, que deverá ser criado conforme orientações repassadas pelo Órgão. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

aceito.

- 6.1.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes neste Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 6.1.4 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame (cadastro de reserva), excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993. As entregas serão fiscalizadas pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da PR/PA, que poderá ser contactada através do e-mail: prpa-ctic@mpf.mp.br;

6.2 Da baixa da Ata e Contratação

- 6.2.1 A baixa da ata e contratação se dará mediante emissão de nota de empenho em favor da detentora, com respectivo abatimento de quantidades em sistema próprio.
- 6.2.2 A nota de empenho substitui o instrumento de contrato, nos termos do art. 62, caput e § 4º da Lei 8.666/93, e a adjudicatária passa à condição de CONTRATADA após recebê-la. Desse modo, deve observar as obrigações assumidas, sujeitando-se às sanções previstas neste Termo de Referência.
- 6.2.3 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 6.2.4 O prazo passa a correr a partir da data de confirmação do recebimento da nota de empenho.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

6.2.4.1 Para o caso em que essa confirmação não se dê dentro do prazo de 5 dias corridos da emissão da nota de empenho, o prazo para entrega passa a ser contado a partir da data da emissão da nota de empenho.

6.3 Do Recebimento dos itens

6.3.1 A empresa deverá comunicar, com 48 h de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos produtos, por escrito, através do e-mail: **prpa-logística@mpf.mp.br**, ou pelo telefone **(91) 98483-4682**.

6.3.2 O objeto da presente contratação será recebido das seguintes formas:

6.3.2.1 Provisória: mediante recibo, imediatamente após efetuada a entrega, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação.

6.3.2.2 Definitiva: mediante recibo, em até 15 (dez) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade do material, etc), ocasião em que se fará constar o atesto na própria Nota Fiscal.

6.3.3 Os produtos/serviços entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los, a suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da notificação.

6.4 Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

6.5 Independentemente da aceitação, a detentora da ata garantirá a qualidade de cada unidade do produto/serviço fornecido, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito de fabricação ou vício oculto no prazo estabelecido de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

garantia.

- 6.6 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.7 É direito da PR/PA rejeitar quaisquer materiais quando entender que os mesmos estão fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos neste Termo de Referência e no Edital.

6.8 Do faturamento

- 6.8.1 A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado do Pará, CNPJ nº 26.989.715/0019-31, protocolada obrigatoriamente em sistema próprio de protocolo eletrônico do MPF, após a entrega do objeto empenhado, discriminando em nota fiscal os dados bancários corretos.
- 6.8.2 Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos federais e contribuições sociais, nos termos legais.
- 6.8.3 Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

6.9 Do Pagamento

- 6.9.1 O pagamento será efetuado em moeda nacional, em até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento definitivo, salvo quando houver pendência de liquidação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

- 6.9.2 A nota fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos consignados na nota de empenho, em nome da Procuradoria da República no Estado do Pará, CNPJ nº 26.989.715/0019-31. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deve notificar a CONTRATADA a substituí-la em 3 (três) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.
- 6.9.3 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devido pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional deverá apresentar junto à Nota Fiscal a devida comprovação (**Declaração de Optante do Simples**) a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN RFB n. 1.234/2012.
- 6.9.4 Como orientação à instrução dos processos de contratação, a Solução de Consulta nº 61 - Cosit da Receita Federal do Brasil esclarece que nas contratações de empresas optantes pelo Simples Nacional, as pessoas jurídicas contratadas devem apresentar ao órgão contratante a declaração de optante, conforme o anexo IV da IN RFB 1.234/2012. A cópia da consulta da situação de optante no Portal do Simples na internet não substitui a declaração, e é válida somente para verificação da manutenção como optante na etapa de pagamento.
- 6.9.5 A comprovação de optante pelo Simples Nacional é condição necessária para que não ocorra no momento do pagamento a retenção do IR e das contribuições previstas na IN RFB n. 1.234/2012.

6.10 Da Garantia

- 6.10.1 Declarar, detalhadamente, na apresentação da proposta, a garantia dos itens fornecidos, obedecendo o tempo previsto no descritivo de cada item.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

- 6.10.2 A empresa deverá fornecer certificados de garantia, juntamente na entrega dos produtos, por um dos meios a seguir: documentos próprios, fabricantes, anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal respectiva.
- 6.10.3 O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira objetiva em que consiste, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado o ônus, a cargo da Contratada, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fabricante (caso em que houver), no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e uso do produto(caso que houver).
- 6.10.4 Declaração de garantia e assistência técnica, para todos os itens, nos seguintes termos:

6.10.4.1 No caso de revenda/distribuidor, declaração específica à PRPA, emitida pelo fabricante dos bens ofertados, em papel timbrado, assinada por representante devidamente constituído e comprovado, indicando a licitante como seu revendedor autorizado a comercializar os produtos, bem como prestar assistência técnica e garantia nos respectivos locais de entrega.

6.10.4.2. No caso de fabricante, declaração específica à PRPA, em papel timbrado, assinada por representante devidamente constituído e comprovado, indicando a empresa autorizada a prestar assistência técnica e garantia nos respectivos locais de entrega.

6.11 Das Obrigações da Detentora da Ata

- 6.11.1 Responsabilizar-se por danos causados a qualquer agente, que sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em níveis de proteção ou segurança.
- 6.11.2 Executar fielmente o fornecimento, entregando os produtos nas quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes deste termo de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

referência.

- 6.11.3 Cumprir as orientações do Contratante quanto às especificações dos produtos, conforme requisitos da contratação.
- 6.11.4 Substituir os produtos, desde que comprovada à impossibilidade ou impropriedade da sua utilização, por defeito de fabricação, sem ônus para a PRPA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos.
- 6.11.5 Manter durante todo o período da ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua contratação.
- 6.11.6 Fornecer itens novos, de primeiro uso, e que estejam na linha de produção atual do fabricante.
- 6.11.7 Fornecer, com os itens, todos os manuais a eles relacionados, em idioma Português/Brasil (no que houver).
- 6.11.8 Declarar, detalhadamente, a garantia dos itens fornecidos, com assistência técnica, contados a partir do recebimento definitivo. Assumir todos os ônus decorrentes da execução da garantia e assistência técnica e responsabilizar-se pela perfeita execução de todas as obrigações delas decorrentes.
- 6.11.9 A omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto deste contrato será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a Contratante pleitear quaisquer acréscimos não constantes da proposta comercial.
- 6.11.10 Informar imediatamente ao Contratante as alterações de dados, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, dados bancários, que possam influenciar a comunicação entre as partes.

6.12 Das obrigações da Contratante

- 6.12.1 Designar servidores responsáveis pela fiscalização, os quais procederão ao aceite nos serviços executados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

- 6.12.2 Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes do Termo de Referência.
- 6.12.3 Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos neste Termo.
- 6.12.4 Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos produtos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

6.13 Das Sanções

- 6.13.1 Como norma que disciplinará as sanções administrativas que porventura sejam necessárias ao contrato ou a instrumento equivalente e ao certame licitatório, fica acordado o uso da Instrução Normativa n.º 02/2020/SG/MPF, podendo ser acessado pelo link <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/>, que estabelece parâmetros para aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos ou equivalentes no âmbito do MPF, sem prejuízo no que consta no capítulo IX da Portaria SG/MPF n.º 174/2019, acessado pelo link acima.

7 FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 Do enquadramento do objeto

- 7.1.1 O Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns de que trata a Lei nº 10.520/02 e os Decretos nº 3.555/00 e 10.024/19.

7.2 Da participação na licitação

- 7.2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 7.2.2 Considerando os valores totais de cada item, essa licitação será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, e de acordo com as declarações de competitividade conforme Decreto n. 8.538/2015, excetuando-se os itens 6, 7,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

8 e 9 com valor superior ao limite da lei.

7.3 Da utilização do Sistema de Registro de preços

7.3.1 Trata-se de ativos de e consumíveis de informática, com variedade consolidada de fabricantes, com especificações usuais e objetivamente definidas, assim como as baixas serão parceladas mediante a descentralização de recursos orçamentários, mediante disponibilidade até que complete a totalidade dos itens da ata, dentro do intervalo de vigência.

7.3.2 O certame será realizado na forma de licitação, na modalidade pregão, do tipo eletrônico, para seleção do fornecedor mais vantajoso, utilizando o menor preço ofertado nos lances como parâmetro. A entrega será feita de forma parcelada, de acordo com a necessidade do Órgão e disponibilidade orçamentária.

7.3.3 Justifica-se a previsão para adesão de órgãos não participantes (Acórdão TCU nº 1.297/2015 - Plenário), desde que devidamente justificado pelo órgão solicitante e conforme regras deste edital e do Decreto nº 7.892/2013, atualizado, pelos seguintes motivos:

7.3.4.1. em virtude dos comprovados benefícios trazidos quanto à economicidade nas contratações para a administração pública, principalmente, para as unidades do MPU em todo o país, tanto em termos dos custos para se realizar um procedimento licitatório onde já se tem registrado o produto a ser adquirido em atas de registro de preços vigentes, quanto em termos de economia de escala;

7.3.4.2. considerando a previsão legal constante no art. 22, do Decreto nº 7.892/2013, sendo observado o princípio da legalidade;

7.3.4.3. e, ainda, em benefício à administração pública em todas suas esferas e, consequentemente, à sociedade, para atendimento de necessidades urgentes de contratação por órgãos que, por algum motivo, não tem disponível o tempo necessário à realização de seu próprio procedimento licitatório, considerando a celeridade e objetividade nas contratações através da adesão a atas de registro de preços cujo objeto já fora previamente e devidamente especificado e licitado pelo órgão gerenciador, seguindo-se os ritos de um procedimento licitatório, e sob a observância dos órgãos de controle.

8 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

- 8.1 Na fase habilitatória, o pregoeiro obedecerá o delimitado na lei geral de licitações e o decreto do pregão eletrônico no que tange à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, bem como habilitação técnica.
- 8.2 Para a comprovação da capacidade Técnico-Operacional da licitante serão exigidos:
- 8.2.1 Atestado de Capacidade Técnica - ACT (sendo aceito o somatório de atestados) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à licitante como fornecedora dos produtos e/ou executora dos serviços, comprovando a sua aptidão no fornecimento de bens pertinentes e compatíveis (similares) em quantidades mínimas conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	ACT quant. mínima
1	SSD Externo 960 GB ou 1TB	4
2	Microsoft Office Professional	6
3	Disco Rígido Externo Portátil USB de 1TB	36
4	Maleta de Ferramentas e Acessórios para PC	1
5	No-break 700 VA	24
6	No-break 1.400 VA	30
7	Rede Local sem Fio - ACCESS POINT	12
8	Rede Local sem Fio - ACCESS POINT	9
9	Switch 48 portas PoE	6



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

10	Caixa de Som	7
11	Cartão de Memória 64 GB Classe 10	4
12	Mouse Óptico Wireless	30
13	Pen drive 32 GB	24
14	Webcam HD 720P USB Cinza	30

8.3 Critérios para aceitação da proposta

8.3.1 Não serão aceitas propostas que:

8.3.1.1.1 Apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis;

8.3.1.1.2 Contenham vícios ou ilegalidades;

8.3.1.1.3 Apresentarem preços finais unitário e totais superiores aos valores máximos unitário e total estabelecido pelo Órgão ou entidade contratante no ato convocatório; (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

8.3.1.4. **A validade da proposta não deverá ser menor que 60 dias contados a partir do envio pelo sistema da proposta final ajustada ao lance vencedor.**

9 ESTIMATIVAS DE PREÇOS

9.1 **Os valores máximos aceitáveis para a contratação**, tanto unitários quanto totais, são os distribuídos na **tabela acima, no subitem 4.2 deste Termo de Referência**, tendo sido levantados com base em contratações recentes similares de outros entes públicos, através de pregões e sites de domínio amplo;

9.2 De acordo com o disposto nos arts. 5º. e 6º. da Instrução Normativa MPDG/ME nº 73/2020, podem ser utilizadas como metodologia para obtenção do preço de referência em processos licitatórios a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços. No presente processo, a análise foi feita por item e em geral e o método matemático aplicado foi a média dos preços obtidos - Preço calculado com base na média de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 As despesas com a execução do objeto deste ajuste correrão, neste exercício, à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Ministério Público da União, nas seguintes naturezas de despesa: 33.90.30 (material de consumo); 44.90.52 (material permanente).

Belém, na data da assinatura eletrônica.

Márcio Nunes Gomes

Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da PRPA